

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1225592 - RJ
(2017/0331209-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : DANIELE CRISTINE DO VALLE ABREU - RJ138266
MARCELLE PADILHA - RJ152229
VITOR LUIZ DOS SANTOS SOARES - RJ176423
CLÁUDIO LUIS VIEIRA AMORELLI - RJ169032
AGRAVADO : ANA GLORIA ALVES TEIXEIRA
ADVOGADO : AMILTON FERNANDEZ - RJ021912

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DA PARTE AGRAVANTE.

1. A jurisprudência desta Corte possui entendimento segundo o qual deve ser reconhecida a deserção do recurso especial e, conseqüentemente, ser aplicada a Súmula 187/STJ, quando a parte recorrente, mesmo devidamente intimada para regularizar o preparo, o faz intempestivamente.

2. Incide o referido óbice quando for impossível verificar a correspondência entre o código de barras e a guia de recolhimento, como na presente hipótese, visto que o comprovante de pagamento digitalizado pela parte não permite a verificação completa do código de barras.

3. No sistema recursal brasileiro, vigora o cânone da unirrecorribilidade recursal, segundo o qual, não é admissível o manejo de mais de um recurso, pela mesma parte, contra a mesma decisão. Precedentes.

4. Agravo interno de fls. 134/139, e-STJ desprovido. Agravo interno de fls. 140/145, e-STJ não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator